Image not found or type unknown

Sábado, 11 de Outubro de 2025

"Prefeitura de Cuiabá faz farra com dinheiro público, diz vereador em denúncia sobre mudança da Secretaria de Saúde"(veja o Vídeo)

A recente decisão da Prefeitura Municipal de mudar a sede da Secretaria de Saúde para um novo imóvel, localizado na Rua Barão de Melgaço, está gerando controvérsia. Atualmente, a secretaria paga R$ 102 mil mensais por um contrato de locação, mas a transferência para o novo espaço, que anteriormente abrigava o unic Barão, implicará um aumento significativo nas despesas: o aluguel será de R$ 320 mil mensais, totalizando quase R$ 4 milhões anuais.

O vereador Didimo do Vovô foi um dos primeiros a criticar a decisão, lembrando que a cidade ainda se encontra sob um decreto de calamidade financeira. Em uma coletiva de imprensa, ele apresentou os dois contratos, argumentando que essa mudança representa uma "farra com dinheiro público" em tempos de crise.

“Se a cidade está em situação de calamidade financeira, como a Prefeitura pode justificar um aumento tão exorbitante no aluguel?”, questionou Didimo, que já anunciou que, assim que o novo contrato for publicado, irá denunciar a situação ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas.

Foi além, insinuando que o proprietário do novo imóvel possui ligações políticas e é filiado a um partido, sugerindo uma proximidade com o prefeito. “Vou revelar o nome do proprietário em breve, pois é importante que a população saiba quem está se beneficiando dessa situação”, afirmou o vereador, deixando claro que essa relação levantaria sérias questões sobre a transparência e a ética na gestão pública.

Além das preocupações financeiras, Didimo alertou para a presença de trabalhadores já atuando no novo imóvel, o que indica que a mudança pode estar mais avançada do que as autoridades locais relataram.

A população aguarda esclarecimentos da Prefeitura quanto à necessidade dessa mudança e à justificativa para o aumento significativo nos custos, especialmente em um momento em que os recursos públicos são limitados e precisam ser administrados com cautela.

A situação levanta questões sobre a transparência da gestão municipal e a responsabilidade no uso do dinheiro público, temas que devem ser discutidos em reuniões futuras da Câmara de Vereadores e servirão de base para os próximos passos legais por parte do vereador Didimo.